

# Feminismo, cidadania e educação no século XIX

ANGELA MENDES DE ALMEIDA

## 1. As desigualdades sociais no século XIX

O Brasil sempre esteve marcado por um prodigioso sentimento de desigualdade, atuante ainda hoje, derivado da presença avassaladora da escravidão, enquanto valor de profundidade incomensurável. Observando hoje, de longe, o século XIX, fica mais clara a evidência de que, firmada a independência da metrópole portuguesa, as classes dominantes locais reconstruíram o modo de produção colonial, fazendo um arremedo de distinções sociais entre os "metropolitanos", isto é, os proprietários de terras e seus familiares, e os "colonizados", os escravos e os homens livres pobres. No dizer de um historiador, "o escravismo não se apresentava como uma herança colonial", senão "como um compromisso para o futuro: o Império retoma e reconstrói a escravidão".<sup>1</sup>

A sociedade brasileira do século XIX guardava, portanto, as estruturas montadas pela odienta Metrópole, reinventando a exploração interna e, sobretudo, a divisão social entre as mesmas classes coloniais: no topo da hierarquia social os proprietários de terras, gestores da empresa monocultora voltada para a exportação e ancorada essencialmente na mão de obra escrava;<sup>2</sup> na base a escravaria trabalhando de sol a sol para o que hoje seria chamado de PIB do país; e no nível falsamente intermediário os homens livres pobres, sem propriedade, vale dizer, sem terras e sem escravos. Esclarecendo o termo "falsamente intermediário": embora não vivendo nas miseráveis condições de objeto, que era a dos escravos, o que caracteriza o homem e a mulher livre pobre é a dependência em relação à classe dos proprietários rurais, daí porque,

---

<sup>1</sup> Luiz Felipe de Alencastro, "Vida privada e ordem privada no Império", in: L.F. de Alencastro (org.) *História da vida privada 2 - Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 17.

<sup>2</sup> Aqui integrando a sempre inestimável formulação teórica de Caio Prado Jr., *Formação do Brasil contemporâneo - Colônia*. São Paulo, Brasiliense, 1976.

embora às vezes gozassem materialmente de algumas benesses, estavam mais próximos da base da pirâmide hierárquica. Essa dependência era totalmente derivada da avassaladora presença do sistema escravista. Dito de outra maneira, não havia lugar para uma atividade profissional independente, ligada ao Estado ou à sociedade como um todo, a não ser para as camadas mais altas do comércio, estreitamente ligadas aos proprietários de terra. A massa dos homens livres pobres tinha que viver, seja no campo, seja nas cidades, vale dizer nas famílias, como agregados e agregadas, pessoas vivendo e exercendo suas atividades "de favor", "protegidas" e dominadas pela pessoa do proprietário de terras que era também, não por acaso, o *pater familias*.

Na aparência esses homens e mulheres livres faziam parte da sociedade, tinham relações sociais com os dominantes, o que não acontecia com a escravaria, a não ser com os escravos da casa-grande. No entanto, a relação de favor que ligava a classe dominante à supostamente intermediária era, apesar de seu jeito cordial e benévolo, o oposto da igualdade, pois instituía a escolha por preferência, portanto a exceção à regra, a prestação de serviços particular, portanto a negação do serviço ao público, além de ligar a vida do homem e da mulher livre ao senhor.<sup>3</sup> Assim sendo, desde o início da nação independente a vida social se constituiu em um permanente e sofisticado exercício da prática da desigualdade.

Como colocar, diante desta situação social marcada em profundidade pela desigualdade, a questão da igualdade entre o homem e a mulher? Em todas as sociedades tradicionais a mulher sempre teve uma posição de subalternidade, sendo a igualdade entre os gêneros questão que lentamente foi emergindo a partir do tema da democracia, ou seja, da igualdade entre todos os homens. Em uma sociedade marcada pela desigualdade, a questão, de início, sequer era colocada. Enquanto na Europa o tema da igualdade entre os gêneros surgiu primeiramente na aristocracia e na grande burguesia, era de se esperar, se fosse o caso, que aqui surgisse entre as brancas da aristocracia rural. Mas a situação real impunha condições objetivas que descartavam a germinação desta idéia. As descrições sobre a mulher branca, tanto na Colônia quanto durante o século XIX, mostram-na reclusa na parte interior da casa, jamais aparecendo aos visitantes, ociosa, quando não feia, gorda, precocemente envelhecida e se ocupando de castigos aos escravos. Foi assim que Freyre recolheu dos viajantes estrangeiros a imagem predominante.<sup>4</sup> Quando Saint-Hilaire esteve em São Paulo, em 1819, notou que em todas as visitas que fez a autoridades as mulheres nunca apareciam. Raramente foi convidado a comer, mas mesmo em tais ocasiões o sexo feminino estava ausente.<sup>5</sup> O português Augusto-Emilio Zaluar narrou sua estadia em São Paulo, entre 1860-1861, e tampouco teve contacto com

---

<sup>3</sup> Ver Roberto Schwarz, *Ao vencedor as batatas*. São Paulo, Livr. Duas Cidades, 1977; e Machado de Assis - Um mestre na periferia do capitalismo. São Paulo, Duas Cidades, 1990.

<sup>4</sup> Gilberto Freyre, *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro, Schmidt Editor, 1936.

<sup>5</sup> Auguste de Saint-Hilaire, *Voyage dans les provinces de Saint-Paul et de Sainte-Catherine*. Paris, Arthus Bertrand, Libraire-Éditeur, 1851, pp. 269, 271-272.

mulheres.<sup>6</sup> O viajante Mawe, ao visitar São Paulo, notou que as mulheres não apareciam, mas espreitavam pelas frestas das portas ou pelos postigos entreabertos.<sup>7</sup> Quanto a Recife, ela é descrita nos relatos de viajantes como Maria Graham, Tollenare e Koster, como lugar de costumes mais abertos em relação a outras regiões do Brasil, inclusive à Bahia. Maria Graham viu mulheres em festas religiosas e percebeu os sinais e gestos simbólicos dos namoros, mas afirmava que o casamento era ainda acertado entre os pais. Tollenare citava só duas ocasiões, em visitas, nas quais as mulheres desapareceram. Koster apontava maior sociabilidade e menos retraimento nas casas de veraneio à beira do Capiberibe, com passeios a cavalo, palestras, chá, dança e jogos. Entre 1801 e 1821 algumas casas pernambucanas tinham dias marcados para sessões de jogo e piano. Enfim, Pernambuco tinha, entre suas famílias, uma sociabilidade mais aberta e tolerante.<sup>8</sup> Quanto ao Rio de Janeiro, Expilly, visitando-o na primeira metade do século, afirma que as mulheres viviam encafuadas no interior das casas e, com ironia, comenta que para ser considerada instruída bastava às esposas lerem sua oração e escreverem sua receita de goiaba, mais que isso sendo considerado um perigo para a paz do casal.<sup>9</sup> A vinda da Corte Portuguesa para a cidade havia constituído uma verdadeira revolução nos hábitos e modas, exercendo o efeito, mais do que nas outras cidades brasileiras, de retirar a mulher do enclausuramento da casa. Surge uma nova imprensa voltada para a mulher, com periódicos como o *Novo Correio das Damas* e *Semana Ilustrada*.<sup>10</sup> O começo do fim do retiro feminino no interior da casa - ou a "desorientalização" da mulher - é expresso, no século XIX, pela arquitetura dos sobrados senhoriais. Pela varanda, pelo caramanchão, pelo postigo da janela dando para a rua, a mulher espiava o espaço público e podia arriscar o namoro por sinais de olhos, lenços e leques.<sup>11</sup>

Esta visão algo estereotipada da mulher reclusa, não sendo exatamente mentira, não abrange toda a realidade. Pesquisas mais recentes vão encontrar as mulheres como cabeça de casal, sustentando, na ausência do marido, a gestão da empresa familiar e assumindo funções masculinas nos negócios e, às vezes, até na guerra. Ingênuo, no entanto, seria deduzir disso que as mulheres no Brasil emanciparam-se desde o tempo colonial, revoltando-se contra a subalternidade.

Para não correr o risco de cair neste engano é preciso ter em conta que, se em todas as sociedades tradicionais a mulher sempre teve uma posição de subalternidade, esta se estruturava de forma distinta no Antigo Regime e no

---

<sup>6</sup> Augusto-Emílio Zaluar, *Peregrinação pela Província de S. Paulo (1860-1861)*. Rio de Janeiro, Livraria de B.-L. Garnier/ Paris, Garnier Irmãos, (1863), pp. 194, 197-199.

<sup>7</sup> Citados por Spencer Vampré, *Memórias para a história da Academia de São Paulo*. Brasília, Instituto Nacional do Livro/Conselho Federal de Cultura, 1977, vol. 1, pp. 52 e 56.

<sup>8</sup> José Wanderley de Araújo Pinho, *Salões e Damas do Segundo Reinado*. São Paulo, Martins, 1959 (3a. edição), pp. 57-60.

<sup>9</sup> Charles Expilly, *Les femmes et les mœurs au Brésil*. Paris, Charlieu et Huillery Éditeurs, 1863.

<sup>10</sup> J. W. de A. Pinho, op.cit., pp. 105-114.

<sup>11</sup> Gilberto Freyre, *Sobrados e mocambos*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936, pp. 162-163.

sistema de dominação parlamentar-burguês. Na legislação portuguesa, em vigência no Brasil até o início do século XX - o Código Civil brasileiro é de 1916 - a figura da mulher enquanto cabeça de casal estava prevista nas Ordenações Filipinas que estatuíam ser esse um direito e um dever da viúva. A mulher era titular jurídica de seu dote e de suas propriedades e nada mais lógico do que assumir a gestão do patrimônio familiar por morte ou ausência do marido. Outra era a situação na vigência do casamento, já que como a igualdade entre os homens era um valor desconhecido, a mulher - tal como os filhos, os criados e os escravos - devia obediência ao marido. Assim, o assumir o papel de cabeça de casal estava perfeitamente integrado ao sistema jurídico matrimonial do Antigo Regime português, não constituindo nenhuma rebeldia. A esposa devia ser humilde, fiel, respeitosa e honrada. Seus deveres diziam respeito à casa, entendida como patrimônio, que ela devia gerir. Não se falava então de seus deveres de mãe. Falava-se, sim, da obediência devida pelos filhos ao pai.<sup>12</sup>

## 2. Igualdade e natureza

Com o ascenso social da burguesia na Europa uma nova mentalidade ligada à família, agora uma entidade intimista e sentimental, veio colocar toda a ênfase dos deveres da esposa no seu papel de mãe. É evidente que, diante da bandeira democrática da igualdade entre todos os homens, definir a subalternidade da mulher pela obediência ao marido seria um contrasenso ideológico. A subalternidade foi então atribuída à natureza: todos os homens nasciam livres e iguais; quis no entanto a Natureza que as mulheres, pelas suas qualidades (maior sensibilidade) e deficiências (menor capacidade de raciocínio e menor força física) fossem destinadas à maternidade. E para melhor se dedicarem a essa sublime função elas deviam abdicar de participar do espaço público, fazendo do espaço privado, o lar, o seu mundo. A mudança da "casa" para o "lar" não é anódina. No Antigo Regime a "casa" incluía, para além da disciplina dos filhos, a vigilância da criadagem (ou da escravaria), a gestão econômica dos gastos, em suma, a defesa do patrimônio. No mundo burguês a "casa" tornou-se o "lar", o espaço intimista do sacrifício materno, o abrigo seguro contra a dureza da competitividade nos negócios e as ameaças da vida política.

Ninguém contribuiu mais amplamente para forjar essa mentalidade do que Jean-Jacques Rousseau. Suas idéias sobre a mulher e a sua função natural de mãe, expostas em *Emílio* e em *La nouvelle Héloïse*, passaram a ser a bíblia da nova mentalidade burguesa. A noção de igualdade ficava mantida já que não eram os homens que queriam dominar as mulheres; elas se queixavam sem razão já que "essa desigualdade não é uma instituição humana ou, pelo menos, obra do preconceito, e sim da razão: cabe a quem a natureza encarregou do

---

<sup>12</sup> Angela Mendes de Almeida, *O gosto do pecado - Casamento e sexualidade nos manuais de confessores dos séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro, Rocco, 1992, pp. 52-53, 123 e 72; e "Os manuais portugueses de casamento dos séculos XVI e XVII", *Revista Brasileira de História - Família e grupos de convívio*, vol. 9, nº17, set.1988/fev. 1989, p. 197.

cuidado dos filhos". Eram portanto as mulheres que necessitavam da dominação e da proteção dos homens, já que o sexo masculino era, por natureza, "ativo e forte", enquanto o feminino era "passivo e fraco". Por isso "a mulher é feita especialmente para agradar o homem. Se o homem deve agradar-lhe por sua vez, é necessidade menos direta: seu mérito está na sua força: agrada pela simples razão de ser forte". Por isso a menina devia ser habituada, desde a mais tenra idade, ao sacrifício e à docilidade.<sup>13</sup>

Poucas vezes um ideário foi abraçado tão apaixonadamente. Pelos homens, que viram nele um fator de redução da proeminência que as mulheres poderiam adquirir, desnaturando o mundo ordenado tão harmonicamente pela natureza, alegrando-se ainda de que as mundanas que gastavam seu corpo em noitadas e bailes, fossem devotadas ao opróbrio. E pelas próprias mulheres que viram enaltecida uma função que era praticamente impossível evitar e que era exclusiva delas. A casa, antes aberta aos clientes e vizinhos e povoada de criados, fechou-se em um lar onde reinava a mãe, em íntima simbiose com os filhos, sua personalidade dobrando-se às necessidades das crianças. A densidade da casa foi substituída pela rarefação purificada na relação mãe-filho no lar.<sup>14</sup>

Este ideário burguês foi acompanhado por outros, todos espelhando um novo estilo de vida, uma nova forma mental, uma nova sensibilidade. Fazem parte desse movimento o florescimento do romantismo na literatura e, sobretudo, a avalanche de novas posturas médicas e higiênicas que dominaram o mundo familiar, insinuando-se ainda no policiamento que as classes dominantes pretenderam exercer sobre as classes proletárias.<sup>15</sup>

Tais novidades ideológicas iam chegando ao Brasil, no decorrer do século XIX, juntamente com as novas modas, uma nova estética, novos estilos musicais, novos produtos gráficos. Elas vinham sobretudo da França - fala-se de francesismo<sup>16</sup> - mas também da Inglaterra. Grande influência tiveram as novas teorias médicas vindas da França no ordenamento familiar que se propunha como moderno.<sup>17</sup> À família patriarcal, habituada a se servir de escravos como de muletas - escravos que carregavam os brancos nas liteiras e cadeirinhas, que amassavam com seus dedos o alimento a ser comido, que abanavam, coçavam, tiravam o bicho do pé - foi declarado que esses seres perniciosos conspiravam os valores familiares e seguiu-se a moda do criado branco de origem européia. No trato com os filhos era difícil abandonar as babás tradicionais, mas as teses

---

<sup>13</sup> Jean-Jacques Rousseau, *Emílio ou da educação*. São Paulo, Difel, 1979, pp. 419 e 415.

<sup>14</sup> Elisabeth Badinter, *L'amour en plus - Histoire de l'amour maternel (XVIIe-XXe siècles)*. Paris, Flammarion, 1980; Yvonne Knibiehler e Catherine Fouquet, *Histoire des mères*. Paris, Ed. Montalba, 1977; e Angela Mendes de Almeida, *Mães, esposas, concubinas e prostitutas*. Seropédica, EDUR, 1996.

<sup>15</sup> Ver Jacques Donzelot, *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro, Graal, 1980.

<sup>16</sup> Luiz Felipe de Alencastro, *op.cit.*, p. 43.

<sup>17</sup> Ver Furandir Freire Costa, *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

de medicina insistiram na amamentação dos filhos pelas mães, sugerindo que o leite das amas negras podia fazer mal.<sup>18</sup>

A nova mentalidade familiar também veio nessa bagagem e tentou-se impingir-la à mãe de família brasileira, branca, aquela a quem estava destinada a inauguração da modernidade. No entanto não é possível deixar de notar que o efeito dessa desigualdade de gênero promovida, conforme os rousseauianos, pela natureza e pela razão, e não pelo preconceito, tinha que ser completamente diferente no panorama profundamente marcado pela desigualdade social. Em primeiro lugar, ao invés de ter que defender o espaço privado da ingerência do público através de um Estado que assumia as rédeas da nação, o que se via aqui era uma invasão do público pelo privado, da rua pela casa-grande, a família patriarcal do proprietário de terras fornecendo as bases da idéia de coesão social e poder.<sup>19</sup> Daí porque fala-se de uma "ordem privada" no Império.<sup>20</sup> Em segundo lugar, a mulher já estava, em certa medida, isolada na casa pelos hábitos de recolhimento e pela vida social bastante acanhada. Então, do que se tratava era de transformar a casa-grande, coalhada de escravos que faziam tudo, em um lar intimista no qual a mulher exerceria sua plena maternidade com sacrifício e dedicação. Era uma tarefa difícil em face dos hábitos de promiscuidade com a escravaria e de profunda desvalorização do trabalho manual, entendido como trabalho de negro.

### 3. Educação, cidadania e maternidade

A nova mentalidade começou a remexer a cabeça de algumas mulheres pelo lado do enaltecimento do sexo feminino, devido à sua função materna e insubstituível, e acabou se casando e se intercruzando com as primeiras tímidas tentativas de feminismo. O fim do enclausuramento da mulher e sua abertura para fora foi entendido nestes dois sentidos. Aí mesclaram-se os reclamos de educação para moças - formação cultural e inclusive profissional - tendência naturalmente geradora de independência, de igualdade e de cidadania, com a reafirmação acalorada da função natural materna da mãe. O que se viu foi o constante ressurgimento da contradição entre o exercício de direitos, entre eles o da educação, e a "natureza feminina", ou seja, o "instinto materno". Veja-se, na precária imprensa feminista, como as coisas se colocavam.

Em 1852 surgiu o primeiro jornal escrito por mulheres, o *Jornal das Senhoras*. Nele Joana Manso de Noronha afirmava, em favor da educação da mulher, que isto a conduziria a, "no conhecimento exato dos seus deveres, encontrar a força moral que a preserve na ocasião de subscrever a infames humilhações (...) a encontrar na sua educação recurso honesto contra a opressão, contra a crápula e contra a miséria".<sup>21</sup> Neste caso a educação era vista

---

<sup>18</sup> Ibidem, pp. 121-127 e 255-259.

<sup>19</sup> Ver Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1982.

<sup>20</sup> Conforme o título do trabalho de Luiz Felipe de Alencastro, op.cit.

<sup>21</sup> *Jornal das Senhoras*, 18/1/1852 (a grafia utilizada em todas as citações foi atualizada).

como forma de defesa contra a violência marital. Mas em 1890 Francisca Senhorinha Diniz foi mais além nesta questão ao mencionar, no *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, casos ocorridos em certas famílias e pedir punições iguais para ambos os sexos em casos de crimes.<sup>22</sup> Tais referências nebulosas omitiam a existência da violência cotidiana que nunca deixou de existir desde a Colônia, não apenas contra as mulheres, mas também contra todos os cidadãos de segunda, terceira e quarta categorias.

A exaltação da função materna apareceu amplamente nessa imprensa. Em 1852, em editorial do segundo número do *Jornal das Senhoras*, a diretora Joana Manso de Noronha afirmava:

"Nós sabemos perfeitamente que toda família necessita de um chefe, e que o chefe natural da família é o homem. Sem dúvida que há deveres que prendem a mulher ao lar doméstico, porém é precisamente desde o seio de sua família que ela pode ter uma influência direta sobre essa mesma família, sobre a nação e sobre a humanidade inteira".<sup>23</sup>

No entanto a questão da educação aparecia já imbricada à da maternidade, no segundo número do jornal mineiro *O Sexo Feminino*, de Campanha da Princesa, publicado em 1873 e dirigido por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, onde se lê:

"A mulher dotada com as mesmas faculdades de homem, com a inteligência e a razão abertas a receber o cultivo das letras, das artes e das ciências, para ser útil à pátria e desempenhar sua missão na sociedade, a maior e a mais santa missão da humanidade que depende de toda a mãe de família, deve chamar a si os foros que não pode negar-lhe uma sociedade culta. Instrução para o sexo feminino, minhas caras patricias!"<sup>24</sup>

O mesmo tema volta a aparecer em 1902 no *Voz Feminina*, editado em Diamantina pelas jovens de família tradicional Cléria, Zélia e Nícia Corrêa Rabelo, que também reafirmava:

"A mulher precisa educar-se, precisa instruir-se para fazer a felicidade do lar e principalmente para ganhar a vida independentemente de como o homem ganha. Não é isto menosprezar a sua missão no lar e a felicidade doméstica, que só ela é capaz de fazer... Se víssemos nesta independência qualquer abalo para a ordem doméstica (...) abandonaríamos desde já nossas opiniões ..."<sup>25</sup>

Como se pode depreender destes trechos e da leitura da maioria dos jornais, panfletos e ensaios que as feministas brasileiras escreveram de 1852 ao início do século, a problemática da "natureza" feminina, de sua função especial

<sup>22</sup> Citado por June E.Hahner, *A mulher brasileira e suas lutas políticas e sociais (1850-1937)*. São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 62.

<sup>23</sup> *Jornal das Senhoras*, 11/1/1852.

<sup>24</sup> *O Sexo Feminino*, 14/9/1873

<sup>25</sup> *Voz Feminina*, 21/4/1902, citado por Branca Moreira Alves, *Ideologia e feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1980, p. 93.

voltada para a maternidade e, conseqüentemente, para o lar, constituiu sempre a "calcanhar de Aquiles" de suas diversas lutas.

Com efeito, de 1852 até a época da proclamação da República, a reivindicação fundamental levantada pelas mulheres era a de maior educação ou instrução. Comungando na crença herdada do Iluminismo pelo século XIX, de que a educação traria o progresso e a emancipação geral da humanidade, crença que foi abraçada durante várias décadas pelo próprio movimento socialista, as feministas acreditavam que a educação era não apenas um direito da mulher, na mesma medida do direito à educação do homem, mas sobretudo um instrumento que, por ele mesmo, terminaria com a situação de subalternidade a que elas se achavam confinadas. Em raras ocasiões a educação e o acesso ao saber aparecem como reivindicações de um desejo de penetrar no mundo do saber e tirar dele satisfação, como por exemplo, na afirmação de Violante de Bivar e Velasco, de que sentia que "os prazeres do estudo são, talvez, os únicos que lhe encham (à mulher) completamente a alma".<sup>26</sup>

Esse sentimento, tão raro entre as feministas brasileiras do século XIX, em certa medida expressava o pessimismo em relação à falta de perspectivas em suas vidas. As feministas brasileiras do século XIX escreviam e reivindicavam depois do "século das luzes", na época da difusão da democracia burguesa formal e da crença no progresso irresistível que o avanço científico traria. Maior educação servia-lhes algumas poucas vezes para independizar-se dos homens - jamais dos lares - mas servia-lhes, em um sem número de argumentações, para melhor exercerem sua função específica e "natural", a maternidade.

Pouco a pouco, no entanto, da reivindicação genérica de maior instrução, a imprensa feminista vai registrando a passagem a uma forma mais concreta de instrução, a formação nas tradicionais profissões liberais de médico e advogado. Por vezes a questão é tratada de forma negativa: exortam os homens a que não temam que, de uma maior educação, queiram elas saltar para o exercício das profissões. É o que declara Joana Manso Noronha em 1852, ao sentir-se obrigada a definir suas idéias sobre a emancipação da mulher:

"Não quero que se gradue em Medicina; conquanto deva ela conhecer a medicina doméstica, porque a mãe de família faz a irmã de caridade junto de seu esposo, de seus filhos, de seus domésticos, quando estão doentes."<sup>27</sup>

No final do século, duas peças teatrais - *As doutoras*, de Joaquim José de França Junior, e *A Doutora*, de L.T. da Silva Nunes - deram corpo dramático aos presságios masculinos de que o exercício da medicina viesse a ser incompatível com a "natureza" da mulher, sua dedicação ao lar sendo maculada pela necessidade médica de sair para atender aos clientes. Mais expressivo ainda dos temores e preconceitos que essa possibilidade levantava é o concurso que,

<sup>26</sup> *O Domingo*, 7/12/1873, citado por J. E. Hanner, op.cit., p. 57.

<sup>27</sup> *Jornal das Senhoras*, 18/1/1852.

em 1905, o *Jornal das Senhoras* apresentava; ganharia um vidro do extrato *Ambre Ducal* a melhor resposta à pergunta:

"Qual é a mulher que mais agradavelmente vos impressiona: a que, boa, carinhosa e modesta, cuida em casa dos trabalhos domésticos? Ou a que, doutora, sai à noite a visitar enfermos ou defende réus à barra dos tribunais?"

Apenas nove mulheres responderam, todas a favor da primeira figura.<sup>28</sup> Mas apesar desta incrível resistência dos poderes masculinos encastelados no Estado e nas famílias dominantes, algumas poucas mulheres brasileiras começaram a estudar medicina e direito, no Brasil e no exterior. Elas vieram juntar-se ao pequeno contingente das que, na passagem do século XIX para o XX, advogavam o direito da mulher formar-se e exercer uma profissão liberal. No jornal *A Mulher*, de 1881, editado em Nova York por duas estudantes de medicina - Maria Augusta Estrella e Josefa Águeda de Oliveira - dizia-se que "sem trabalhar não se consegue vida mais ou menos independente".<sup>29</sup> E a bióloga Bertha Lutz, desde a sua primeira intervenção em favor dos direitos da mulher, em 1919, nunca deixou de sublinhar a importância da formação profissional.

O debate que precedeu a abolição da escravidão e, em seguida, o advento da República levaram a imprensa feminista a passar do tema da educação e da formação profissional, à reivindicação do direito ao voto. E neste caso, com raríssimas exceções como Josephina Alvares de Azevedo, no fim do século XIX, toda a argumentação, tanto das mulheres como dos homens defensores do voto feminino, era no sentido de demonstrar que o exercício deste direito político não perturbaria a vocação "natural" da mulher para a família e a maternidade.

As feministas do século XIX timidamente justificavam que suas reivindicações não significavam "a realização do mundo às avessas",<sup>30</sup> isto é, que apenas queriam melhor educação para serem melhores mães. Já o movimento sufragista do século XX, mais integrado aos homens da classe dominante, mais útil a eles, alargava as paredes do lar, estendendo a função materna e educativa "específica da mulher" ao domínio do público. A Federação Brasileira para o Progresso Feminino, organização fundada em 1922 e liderada por Bertha Lutz, colocaria toda a ênfase nas tarefas públicas exercidas pela mulher, porém confinadas no âmbito feminino da saúde, educação e assistência pública. Suas intervenções seriam quase sempre carregadas daquela intenção filantrópica e paternalista que ocultava, nos fins do século XIX e início do XX, a ânsia das classes dominantes em enquadrar as classes populares, ensinando-as a comportarem-se espontaneamente como subalternos.

No contexto desta reflexão destaca-se Josephina Alvares de Azevedo. Direta e sensível ao nó da questão, ela iniciava o editorial do primeiro número de

---

<sup>28</sup> Ibid., 2/3/1905.

<sup>29</sup> Citado por J. E. Hahner, op.cit., p. 70.

<sup>30</sup> Joana Manso de Noronha, *Jornal das Senhoras*, 18/1/1852.

seu jornal, *A Família*, editado em São Paulo entre 1888 e 1894, dizendo a que vinha:

"... não venho unicamente fazer uso da imprensa para ensinar a mulher paulista a educar seus filhos porque isso ela sabe. (...) Até hoje têm os homens mantido o falso e funesto princípio de nossa inferioridade. Mas nós não somos a eles inferiores porque somos suas semelhantes, embora de sexo diverso. Temos, segundo nossa natureza, funções especiais, como eles pela mesma razão a têm. Mas isso não é razão de inferioridade, porque essa traz o animal na escala material de suas aptidões. Portanto em tudo devemos competir com os homens, no governo da família, como na direção do Estado. (...) Algumas pessoas concordam em que a mulher deve ser educada para ser boa mãe de família. É justo. Mas além desse mister o que faremos de uma educação sólida, que possa ter desenvolvimento nesta ou naquelas aptidões especiais aproveitáveis à sociedade, isto quando não tenhamos filhos a educar? Nós não somos mães todos os dias e às vezes não o somos nunca".<sup>31</sup>

Embora o conteúdo de seus escritos possa parecer semelhante ao das outras feministas, com as mesmas reivindicações, o tom escolhido por Josephina para se expressar demonstra que ela se orientava pelo princípio da igualdade de direitos dos cidadãos e das cidadãs, colocando o elemento diferencial que constitui a maternidade como uma especificidade, na mesma medida da especificidade do sexo masculino.

Depois da proclamação da República, Josephina, já agora com seu jornal sendo editado no Rio de Janeiro, concentrou seus esforços na reivindicação do voto, chegando a escrever uma peça teatral defendendo essa idéia. Em resposta a um jornal que a havia criticado, ela voltou a reafirmar seu sentido democrático de igualdade:

"A mulher que é mãe nada perde com ser cidadã; pode perfeitamente educar seus filhos e desempenhar deveres cívicos do mesmo modo que um homem pode cuidar dos deveres da família e dos deveres de cidadão."<sup>32</sup>

Mas a diferença entre suas concepções sobre a emancipação da mulher e as das feministas de sua época, inclusive das colaboradoras do seu jornal, como Anália Franco, revela-se também em outros elementos. Em inúmeras vezes Josephina defendeu o divórcio, ou seja, a separação com direito a um novo casamento, que a Igreja nunca admitiu e que a legislação civil brasileira só veio a instituir em 1977. Além disso ela preparou uma coletânea de vidas de mulheres célebres na qual incluiu Cleópatra e Georges Sand (de quem também publicava traduções em seu jornal), personagens que em nenhuma medida se enquadram no novo figurino da "boa mãe", delineado pelo pensamento burguês do século XIX. Em um editorial lamentava a injustiça que se havia abatido sobre Madame Roland, girondina decapitada pelos jacobinos em 1798, que assim haviam justificado seu ato:

---

<sup>31</sup> *A Família*, 18/11/1888.

<sup>32</sup> *Ibid.*, 9/3/1893.

"Ela era mãe, mas havia sacrificado sua natureza, querendo elevar-se acima dela; o desejo de ser intelectual conduziu-a ao esquecimento das virtudes do seu sexo e este esquecimento, sempre perigoso, terminou por fazê-la perecer no cadafalso".<sup>33</sup>

Tais escolhas e seus textos mostram que Josephina não estava disposta a submeter os direitos da mulher à cidadania plena, aos ditames da "natureza" feminina, colocando a natureza como algo que diz respeito também os homens.

#### Capítulo

Publicado em *Mundo Rural e Política – Ensaios Interdisciplinares*.  
Rio de Janeiro, Editora Campus, 1998

Palavras-chave: feminismo – educação – maternidade –  
igualdade - natureza

---

<sup>33</sup> Ibid., 18/11/1888; e citação sobre Madame Roland em E.Badinter, op.cit., p. 165.